

SUMÁRIO

1

NOÇÕES INICIAIS 25

1.	Introdução	25
1.1	O Estado e as funções estatais.....	25
1.2	Governo e Administração Pública	26
1.3	Administração Pública	26
1.3.1	Conceito	26
1.3.2	Natureza e fim	28
2.	Direito administrativo	29
2.1	Conceito.....	29
2.2	Fontes.....	29
3.	Sistemas administrativos.....	31
4.	Síntese do capítulo	32

2

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 33

1.	Princípios expressos e implícitos da administração pública	33
2.	Princípio da supremacia do interesse público	34
3.	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	34
4.	Princípio da legalidade.....	34
5.	Princípio da impessoalidade	35

6.	Princípio da moralidade	36
7.	Princípio da publicidade.....	36
7.1	Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).....	37
7.2	LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018): tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....	38
8.	Princípio da eficiência.....	40
8.1	Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital): princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência pública.....	40
9.	Princípio da continuidade do serviço público.....	41
10.	Princípio da autotutela.....	41
11.	Princípio da tutela ou do controle.....	41
12.	Princípio da especialidade.....	42
13.	Princípio da presunção de legitimidade.....	42
14.	Princípio do controle judicial dos atos administrativos.....	42
15.	Princípio da segurança jurídica e princípio da proteção à confiança	43
16.	Princípio da motivação	44
17.	Princípio da razoabilidade.....	45
18.	Princípio da hierarquia	45
19.	Síntese do capítulo	46

3

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR 49

1.	Introdução	49
2.	Execução da atividade administrativa	50
2.1	Concentração e desconcentração. Centralização e descentralização	50
3.	Administração direta	52
3.1	Órgão público	53
4.	Administração indireta.....	56
4.1	Autarquia	59
4.2	Fundação Pública	61
4.3	Agência reguladora x Agência executiva	62
4.3.1	Agência reguladora	62
4.3.2	Agência Executiva	64
4.4	Empresa pública e sociedade de economia mista	64
4.5	Consórcio Público.....	69

5.	Terceiro setor	71
5.1	Organização da Sociedade Civil (OSC) e o marco regulatório do terceiro setor	71
5.2	Serviço social autônomo	76
5.3	Organização Social (OS)	77
5.4	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	77
6.	Síntese do capítulo	78

4

PODERES ADMINISTRATIVOS 83

1.	Poderes administrativos	83
1.1	Introdução	83
1.2	Poder vinculado	83
1.3	Poder discricionário	84
1.4	Poder hierárquico	85
1.5	Poder disciplinar	85
1.6	Poder regulamentar	86
1.7	Poder de polícia	88
1.7.1	Conceito	88
1.7.2	Setores, manifestação, finalidade e fundamento	88
1.7.3	Polícia de segurança pública e polícia administrativa	89
1.7.4	Poder de polícia: sentido amplo e estrito; originário e delegado	90
1.7.5	Atributos ou características	91
1.7.6	Limites	92
2.	Abuso de poder	93
3.	Síntese do capítulo	94

5

ATO ADMINISTRATIVO 97

1.	Introdução e conceito	97
1.1	Ato da Administração	97
1.2	Conceito de ato administrativo	98
2.	Elementos ou requisitos	98
2.1	Competência	99
2.2	Finalidade	99

2.3	Forma.....	100
2.4	Motivo	100
2.4.1	Teoria dos motivos determinantes	101
2.5	Objeto.....	101
3.	Vinculação e discricionariedade.....	102
4.	Atributos ou características do ato administrativo	103
5.	Classificação	104
6.	Espécies de atos administrativos	107
7.	Extinção do ato administrativo	110
7.1	Revogação.....	111
7.2	Anulação.....	112
8.	Convalidação.....	113
9.	Síntese do capítulo	114

6

PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	119
1. Introdução	119
2. Princípios do processo administrativo	120
3. Processo administrativo federal.....	121
3.1 Princípios expressos do processo administrativo federal.....	122
3.2 Direitos e deveres dos administrados.....	123
3.3 Legitimados para o processo.....	124
3.4 Competência	124
3.5 Impedimento e suspeição	126
3.6 Forma, tempo e lugar dos atos do processo	126
3.6.1 Forma	126
3.6.2 Tempo.....	127
3.6.3 Local	127
3.7 Comunicação dos atos do processo.....	127
3.8 Fases do processo.....	128
3.8.1 Início.....	128
3.8.2 Instrução	129
3.8.3 Decisão	131
3.8.4 Motivação.....	132

3.8.5	Desistência.....	133
3.8.6	Anulação, revogação e convalidação.....	133
3.8.7	Recurso.....	133
3.8.8	Revisão	135
4.	Síntese do capítulo	135

7

LICITAÇÃO..... 139

1.	Introdução	139
2.	Conceito e finalidades	139
3.	Perfil constitucional.....	140
3.1	Competência legislativa.....	140
3.2	Exigência constitucional da realização de licitação	141
4.	Lei 14.133/2021: A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	142
4.1	Vigência	142
4.2	Aplicação	143
5.	Princípios da licitação	144
5.1	Princípio da competitividade	145
5.2	Princípio da vinculação ao edital.....	145
5.3	Princípio da publicidade dos atos da licitação	145
5.4	Princípio da igualdade entre os licitantes.....	146
5.5	Princípio do julgamento objetivo.....	146
5.6	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	146
5.7	Princípio do planejamento	146
5.8	Princípio da segregação de funções.....	146
5.9	Princípio da motivação	147
5.10	Princípio da segurança jurídica	147
5.11	Princípio da economicidade	147
5.12	Disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB).....	147
6.	Contratação direta.....	148
6.1	Inexigibilidade	149
6.2	Dispensa.....	151
6.2.1	Licitação dispensável.....	151

6.2.1.1	Em razão do pequeno valor	151
6.2.1.2	Em razão do objeto	152
6.2.1.3	Em razão da pessoa.....	153
6.2.1.4	Em razão de situações excepcionais.....	154
6.3	Alienação de bens e licitação dispensada.....	156
7.	Objeto da licitação	157
7.1	Compras.....	157
7.2	Obras e serviços de engenharia	158
7.2.1	Regimes de execução indireta.....	159
7.3	Serviços em Geral	160
7.4	Locação de Imóveis	161
8.	Modalidades de licitação.....	161
8.1	Concorrência	161
8.2	Pregão	163
8.3	Diálogo competitivo	164
8.4	Concurso	167
8.5	Leilão	168
8.6	Modalidade x objeto	169
9.	Processo licitatório.....	170
9.1	Agentes públicos na Lei nº 14.133/2021	170
9.1.1	Autoridade máxima	170
9.1.2	Agente de contratação.....	171
9.1.3	Comissão de contratação.....	171
9.1.4	Vedações legais aplicáveis aos agentes públicos (art. 9º)	172
9.1.5	Defesa do agente público por órgão de advocacia pública (art. 10)	172
9.2	Licitante	172
9.2.1	Vedações.....	173
9.2.2	Consórcio de empresas	174
9.2.3	Cooperativas	174
9.3	Fases do processo licitatório	174
9.4	Fase preparatória.....	175
9.4.1	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	176
9.4.2	Centrais de compras.....	176
9.4.3	Bens de qualidade comum e bens de luxo (art. 20).....	177
9.4.4	Audiência pública e consulta pública (art. 21)	177

9.4.5	Matriz de alocação de riscos (art. 22)	177
9.4.6	Orçamento estimado (artigos 23 e 24)	178
9.4.7	Edital (art. 25)	178
9.5	Fase externa	179
9.5.1	Divulgação do edital de licitação	180
9.5.2	Apresentação de propostas e lances	181
9.5.2.1	Modo de disputa	181
9.5.3	Julgamento	182
9.5.3.1	Critérios de Julgamento	184
9.5.4	Habilitação	187
9.6	Impugnações, pedido de esclarecimentos e recursos	189
9.6.1	Impugnações e pedido de esclarecimentos ao edital	189
9.6.2	Fase recursal	189
9.6.2.1	Recurso	189
9.6.2.2	Pedido de reconsideração	191
9.7	Encerramento da licitação	192
10.	Procedimentos auxiliares	193
10.1	Credenciamento	193
10.2	Pré-qualificação	193
10.3	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	194
10.4	Sistema de registro de preços	194
10.5	Registro cadastral	196
11.	Síntese do capítulo	196

8

CONTRATO ADMINISTRATIVO..... 205

1.	Introdução e conceito	205
1.1	Contratos da Administração	206
1.2	Conceito	206
2.	Características	206
3.	Formalização do contrato	208
3.1	Cláusulas necessárias	210
3.2	Meios de formalização do contrato administrativo	211
3.3	Divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas	212
4.	Garantias	212
4.1	Seguro-garantia	213

5.	Alocação de riscos	214
6.	Prerrogativas da administração	214
6.1	Alteração unilateral do contrato administrativo	215
6.2	Rescisão unilateral do contrato administrativo	215
6.3	Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	215
6.4	Restrições ao uso da cláusula de exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	216
6.5	Controle e fiscalização do contrato administrativo	216
6.6	Retomada do objeto	217
6.7	Aplicação de sanções	217
6.7.1	Processo de Responsabilização	221
6.7.2	Prescrição	221
6.7.3	Reabilitação	221
7.	Duração do contrato administrativo	222
8.	Execução do contrato	225
8.1	Responsabilidade	225
8.2	Subcontratação	227
9.	Alteração do contrato	227
10.	Extinção do contrato	228
10.1	Teoria da imprevisão	231
10.1.1	Força maior e caso fortuito	231
10.1.2	Fato do príncipe	231
10.1.3	Fato da Administração	232
10.1.4	Interferências imprevistas	232
11.	Recebimento do objeto	232
12.	Nulidade dos contratos	233
13.	Síntese do capítulo	234

9

SERVIÇOS PÚBLICOS..... 239

1.	Conceito	239
2.	Classificação	239
3.	Regulamentação e controle	241
3.1	Princípios do serviço público	242

4.	Competência para prestação do serviço público.....	243
5.	Formas de prestação do serviço público.....	245
5.1	Concessão de serviço público.....	246
5.1.1	Direitos e obrigações dos usuários.....	246
5.1.2	Licitação e contrato de concessão.....	248
5.1.3	Responsabilidade e encargos da concessionária e do poder concedente.....	249
5.1.4	Intervenção.....	250
5.1.5	Extinção da concessão.....	251
5.1.6	Parceria Público-Privada (PPP).....	253
5.2	Permissão de serviço público.....	254
5.3	Autorização de serviço público.....	255
6.	Síntese do capítulo.....	255

10

BENS PÚBLICOS..... 259

1.	Conceito.....	259
2.	Classificação.....	259
3.	Regime jurídico.....	261
3.1	Inalienabilidade.....	261
3.1.1	Afetação e desafetação.....	261
3.2	Impenhorabilidade.....	263
3.3	Imprescritibilidade.....	263
3.4	Não onerabilidade.....	264
4.	Uso de bem público por particular.....	264
4.1	Instrumentos de formalização de uso privativo de bem público.....	264
5.	Síntese do capítulo.....	265

11

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE..... 267

1.	Introdução.....	267
2.	Modalidades.....	268
2.1	Limitações administrativas.....	268
2.2	Servidão administrativa.....	268

2.3	Requisição administrativa.....	269
2.4	Ocupação temporária ou provisória.....	269
2.5	Tombamento	270
2.6	Desapropriação	271
2.6.1	Conceito e natureza jurídica	271
2.6.2	Competência.....	272
2.6.3	Pressupostos	273
2.6.3.1	Indenização.....	274
2.6.4	Objeto.....	276
2.6.5	Procedimento: noções.....	276
2.6.5.1	Fase declaratória	276
2.6.5.2	Fase executória	277
2.6.6	Tredestinação e retrocessão	278
3.	Síntese do capítulo	279

12

AGENTES PÚBLICOS..... 283

1.	Conceito	283
2.	Classificação	283
3.	Cargo público, emprego público e função pública.....	285
4.	Regime jurídico único.....	286
5.	Disposições constitucionais.....	289
5.1	Acesso aos cargos, empregos e funções públicas	289
5.1.1	Concurso Público.....	290
5.1.1.1	Lei Geral dos Concursos Públicos.....	294
5.1.2	Exceções à regra do concurso público	296
5.1.2.1	Cargo em comissão	296
5.1.2.2	Contratação temporária.....	298
5.1.2.3	Contratação de agentes públicos de saúde e agentes de combate a endemias	299
5.2	Sistema remuneratório	299
5.2.1	Fixação, alteração e revisão do subsídio e da remuneração.....	300
5.2.2	Remuneração mínima	302
5.2.3	Teto remuneratório	302
5.2.4	Irredutibilidade, incidência de acréscimos e vedação à equiparação e à vinculação.....	304

5.3	Acumulação de cargos, empregos e funções públicas	305
5.4	Direitos sociais do servidor público	307
5.4.1	Direito de greve	309
5.5	Estabilidade	310
5.6	Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): noções gerais.....	313
5.6.1	Aposentadoria	314
5.6.1.1	Espécies de aposentadoria.....	315
5.6.1.2	Pensão por morte	318
6.	Síntese do capítulo	318

13

LEI Nº 8.112/1990: REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS 323

1.	Introdução	323
2.	Disposições preliminares	323
3.	Provimento, vacância, remoção e redistribuição	324
3.1	Provimento	324
3.1.1	Nomeação, posse e exercício	325
3.1.2	Estágio probatório	327
3.1.3	Formas de provimento derivado	328
3.2	Vacância	330
3.3	Remoção e redistribuição	331
4.	Direitos e vantagens.....	331
4.1	Vencimento e remuneração.....	331
4.2	Vantagens.....	333
4.2.1	Indenizações	333
4.2.2	Gratificações e adicionais.....	335
4.3	Férias	337
4.4	Licenças e afastamentos	337
4.5	Concessões	341
4.6	Tempo de serviço.....	342
4.7	Direito de petição	343
5.	Regime disciplinar.....	344
5.1	Deveres e proibições.....	344

5.2	Acumulação.....	346
5.3	Responsabilidades	346
5.4	Penalidades.....	347
6.	Processo administrativo disciplinar	352
6.1	Sindicância	353
6.2	Processo administrativo disciplinar	355
6.2.1	Instauração	355
6.2.2	Inquérito administrativo	355
6.2.3	Julgamento.....	357
6.2.4	Rito sumário.....	357
6.2.5	Revisão do processo administrativo disciplinar.....	359
7.	Seguridade social.....	360
7.1	Benefícios	360
7.1.1	Pensão por morte.....	362
7.2	Assistência à saúde.....	364
8.	Síntese do capítulo	364

14

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 371

1.	Conceito.....	371
2.	Teorias	371
3.	Responsabilidade civil do estado brasileiro.....	373
3.1	Responsabilidade por ação	373
3.1.1	Excludentes da responsabilidade objetiva	375
3.2	Responsabilidade por omissão.....	376
3.3	Responsabilidade por atos legislativos.....	379
3.4	Responsabilidade por atos judiciais.....	379
3.5	Reparação do dano e direito de regresso	380
4.	Síntese do capítulo	381

15

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 385

1.	Conceito.....	385
2.	Tipos de controle	385

3.	Controle administrativo	387
3.1	Recursos administrativos	387
4.	Controle legislativo	388
4.1	Controle político	389
4.2	Controle financeiro.....	390
5.	Controle judicial.....	394
5.1	Meios de controle.....	395
5.1.1	<i>Habeas data</i>	395
5.1.2	Mandado de segurança.....	396
5.1.3	Mandado de injunção.....	398
5.1.4	Ação popular.....	399
5.1.5	Ação civil pública.....	400
6.	Síntese do capítulo	401

16

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/1992..... 405

1.	Introdução e conceito.....	405
2.	Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	406
2.1	Disposições gerais	406
2.1.1	Ato de improbidade	406
2.2	Sujeito passivo	407
2.3	Sujeito ativo.....	408
2.4	Modalidades de atos de improbidade.....	409
2.4.1	Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito.....	409
2.4.2	Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário	410
2.4.3	Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública	413
2.5	Sanções.....	414
2.6	Declaração de bens.....	417
2.7	Procedimento administrativo.....	418
2.8	Ação judicial	418
2.8.1	Medidas cautelares	419
2.8.1.1	Afastamento do agente público.....	419
2.8.1.2	Indisponibilidade dos bens	419
2.8.2	Procedimento	421

2.8.3	Acordo de não persecução civil	422
2.8.4	Prescrição.....	424
3.	Síntese do capítulo	425

REFERÊNCIAS	429
--------------------------	------------